



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



Processo: TC-4646.989.18-6

Entidade: Prefeitura Municipal de São Roque

Assunto: Acompanhamento das Contas Anuais

Exercício: 2018

Período examinado: 2º Quadrimestre de 2018

Prefeito: Sr. Cláudio José de Góes
CPF N°: 055.745.858-71

Relator: Conselheiro Antonio Roque Citadini

Instrução: UR-9 – SOROCABA / DSF-I

Senhora Chefe Técnico da Fiscalização da Seção UR-9.1,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta E. Corte de Contas pelo Órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-30.973/026/00, registramos a notificação do Sr. Cláudio José de Góes, responsável pelas contas em exame (documento em anexo).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE/DATA	DADO
POPULAÇÃO	IEG-M/2017	85.059 habitantes
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Audesp/2017	R\$ 252.607.762,16

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2015	2016	2017
IEG-M	B	B	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	B+	B
i-Educ	B+	A	B



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



i-Saúde	B+	B+	B
i-Amb	B	B	C
i-Cidade	B+	B+	B
i-Gov-TI	B	B	B

Índices de 2017 após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos 3 (três) últimos exercícios apreciados, os seguintes **PARECERES** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2015	2450/026/15	Favorável com recomendações ¹
2014	358/026/14	Favorável com recomendações ²
2013	1885/026/13	Favorável com recomendações ³

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste E. Tribunal de Contas do Estado.

¹ Decisão com Trânsito em Julgado em 21/6/2017.

² Decisão com Trânsito em Julgado em 13/6/2016.

³ Decisão com Trânsito em Julgado em 6/8/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



A análise ora produzida, observadas correspondentes perspectivas, contempla somente respectivos tópicos objetos de verificação no período examinado (subitem 4.5.3 da Ordem de Serviço SDG nº 1/2017), dentre os quais aqueles envolvendo o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Ensino, da Saúde e da Ordem Cronológica de Pagamentos (subitem 4.5.4 da Ordem de Serviço SDG nº 1/2017).

O presente Relatório Quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da Fiscalização do 3º Quadrimestre (fechamento do exercício), oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO⁴

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	
(+) RECEITAS REALIZADAS	164.285.430,54	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	165.424.537,25	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	6.000.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	4.052,03	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-7.135.054,68	-4,34%

Dados extraídos do Sistema AUDESP: Relatório de Instrução juntado neste evento.

⁴ Destacamos o empenhamento global, ao início do exercício, das despesas de caráter obrigatório e contínuo, gerando o déficit apurado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema AUDESP, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema AUDESP, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	31,22%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,56%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	26,76%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	92,12%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	91,70%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	90,38%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	79,61%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	79,19%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	78,04%

Dados extraídos do Sistema AUDESP: Relatório de Instrução juntado neste evento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

Nos termos do artigo 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por 4 vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	23,08%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	21,70%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	21,24%

Dados extraídos do Sistema AUDESP: Relatório de Instrução juntado neste evento.

D.2.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Para o desempenho dessa atividade, contemplou-se a avaliação do cumprimento dos programas de governo e do desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, em relação aos seus objetivos, metas e prioridades, bem como quanto à alocação e uso dos recursos públicos.

Em relação à aplicação na saúde, referente ao exercício de 2018, a fiscalização tem por objeto e órgão envolvido os seguintes:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



Órgão	Objeto da fiscalização	
Secretaria Municipal de Saúde	Análise da Efetividade dos Programas de Saúde	<p>Atendimento da Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalações físicas; - Equipamentos; - Estoque e controle de medicamentos; - Controle de presença dos médicos e outros profissionais da saúde. <p>Programa 42 - Gestão do SUS.</p> <p>Programa 43 - Assistência Farmacêutica.</p> <p>Programa 47 - Atenção Básica.</p>

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos à Saúde, especificamente nas Unidades de Saúde geridas pelo próprio Executivo local. Para tanto, nas visitas, verificamos se algumas condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas - tais como: as instalações, os equipamentos, o estoque e o controle de medicamentos e o controle de presença dos profissionais da área (especialmente médicos), dentre outros fatores.

Foram selecionadas as seguintes unidades para o acompanhamento:

Relação de Unidades de Saúde Visitadas
Posto de Saúde de Mailasqui
Centro de Saúde II - Dr. José Carvalho Brito
Unidade Básica de Saúde Central

A respeito das instalações físicas das unidades de saúde, anotamos, de forma geral, a ausência de manutenção de próprios municipais, merecendo destaque as seguintes situações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



- a) Presença de infiltrações, trincas e mofo;
- b) Banheiros interditados e/ou com falta de assentos sanitários.

Destacamos, ademais, o que segue:

- a) Inexistência de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);
- b) Atendimento simultâneo de pacientes em um mesmo consultório dentário, inobservando o "Código de Ética Odontológica"⁵.

Verificamos, também, as seguintes ocorrências relativas aos equipamentos:

- a) Ausência de fonte alternativa de energia (gerador) para os refrigeradores;
- b) Uso de extensões e adaptadores para ligação de equipamentos elétricos e eletrônicos.

Anotamos, ainda, as seguintes ocorrências relativas ao controle e estoque dos medicamentos:

- a) Ausência de controle informatizado;
- b) Espaço para armazenamento inadequado.

Quanto ao controle de presença dos profissionais da saúde, constatamos a ocorrência a seguir:

- a) Ausência de controle do tempo de atendimento dos pacientes nas Unidades de Saúde.

Em pesquisa com alguns usuários das Unidades de Saúde vistoriadas, constatamos que a satisfação dos mesmos quanto aos referenciados serviços é tida como regular.

As ocorrências envolvendo as questões/tópicos retro indicados encontram-se exemplificadas no relatório fotográfico a seguir:

⁵ "Código de Ética Odontológica, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Odontologia - CFO 118, de 11/5/2012, em seu artigo 9º, prevê:
[...]
Art. 9º. Constituem deveres fundamentais dos inscritos e sua violação caracteriza infração ética:
[...]
XV - resguardar sempre a privacidade do paciente; [...]"



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



Sinais de infiltrações e mofo



Rachaduras nas paredes e nos pisos



Banheiros interditados



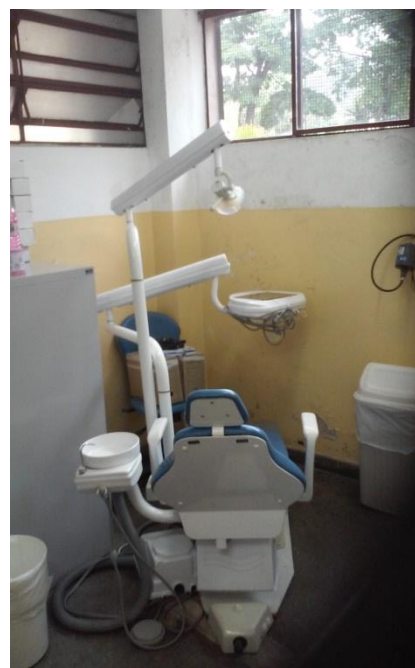
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



Banheiros em condições precárias e sem assento sanitário



Uso de extensões e adaptadores para ligação de equipamentos elétricos



Espaço insuficiente para consultório dentário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



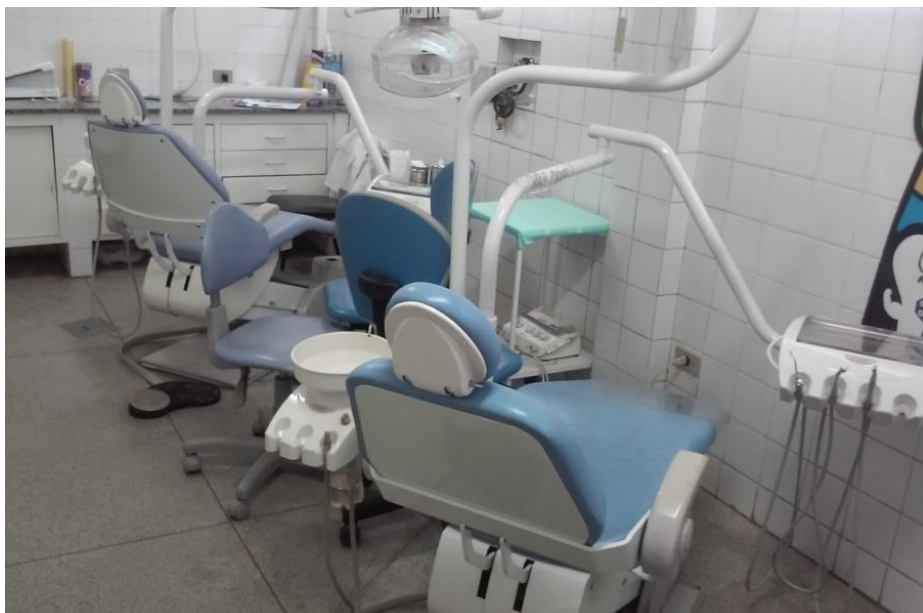
Áreas externas em estado precário de conservação



Pertences pessoais guardados junto a insumos



Inservível (impressora) mantido em sala de coleta de exames



Atendimento simultâneo em um mesmo consultório dentário, prejudicando a privacidade dos pacientes



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9



CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL (ENSINO): Percentual de aplicação desfavorável;

D.2.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE: Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados (reincidência).

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.1 – Sorocaba, em 14 de novembro de 2018

João Arnaldo da Silva
Agente da Fiscalização